

BOLETIM 197

Brasília, 30 de agosto 2016

Altamiro Perdoná e diretoria tomam posse à frente da FETICOM-SC e reafirmam luta na defesa das conquistas dos trabalhadores

Com a presença de lideranças políticas e sindicais de Santa Catarina e de todo país, tomou posse no dia 24 de agosto, a diretoria da Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário de Santa Catarina (FETICOM-SC). O evento reuniu centenas de pessoas no Hotel Maria do Mar, em Florianópolis. O mandato terá cinco anos.

O ato de posse lembrou a trajetória da FETICOM-SC desde sua fundação em 1960 até os dias atuais, destacando momentos como a intervenção na entidade pelo golpe militar em 1964, a passagem de presidentes que marcaram a história da entidade até a posse da atual diretoria.

Altamiro Perdoná, presidente reeleito e também 1º vice-presidente da CONTRICOM, se emocionou ao lembrar acontecimentos importantes dos últimos cinco anos e das conquistas da Federação, bem como a perda de familiares e grandes líderes sindicais ao longo desses anos. Da mesma forma, reforçou a



A mesa que dirige os trabalhos



O presidente empossado, Altamiro Perdoná

preocupação das entidades representativas para com questões que envolvem diretamente a classe trabalhadora, como as investidas do governo para suprimir direitos trabalhistas históricos e até normas de saúde e segurança do trabalho.

Altamiro enfatizou, ainda, que “o desafio de evitar a retirada de direitos trabalhistas, conforme tem acenado o governo, vai nortear boa parte da atenção da FETICOM-SC, bem como de outras entidades representativas da classe trabalhadora”.

“O foco continua sobre a ameaça de perda de nossos direitos trabalhistas, na luta incansável para se fazer respeitar a Constituição Federal de 1988, a CLT e a segurança e saúde da classe trabalhadora”, afirmou.

CNTI e NCST - Entre os convidados, esteve o presidente da CNTI e da Nova Central Sindical de Trabalhadores nacional (NCST) José Calixto Ramos. Ele destacou importância da classe trabalhadora organizada na luta pelos direitos trabalhistas e reafirmou o papel fundamental que a FETICOM-SC tem nesse sentido.

“Para mim, é uma obrigação estar presente nesta solenidade de posse da FETICOM-SC, até pela ligação que temos ao longo do tempo. Além do que, o Altamiro é presidente da nossa Central aqui em Santa Catarina e [em] todo evento em que há alguma atividade, estamos sempre presentes”, pontuou ele.

CONTRICOM – O presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho, presente ao evento após reunião que a diretoria da entidade realizou em Florianópolis, também destacou o “importante papel da FETICOM-SC e do companheiro Altamiro Perdoná e de todos os companheiros de Santa Catarina no contexto da CONTRICOM”.

Mazinho discorreu, ainda, sobre o atual momento que vive o movimento sindical brasileiro: “a crise política contaminou a economia”, avaliou, e fez uma “conclamação à unidade e mobilização de todos na defesa dos direitos e conquistas dos trabalhadores. Não podemos aceitar nenhum retrocesso, seja na legislação trabalhista, seja na Previdência”, sentenciou. O dirigente sindical assinalou que o mandato da diretoria empossada terá muitos desafios a serem enfrentados em virtude desse



Mazinho, presidente da CONTRICOM



O plenário da posse da FETICOM-SC

cenário: “a atual diretoria das FETICOM-SC terá muito trabalho pela frente diante da atual situação econômica que vivemos no país, com aumento do desemprego, principalmente na construção civil. Mas temos plena certeza de que os diretores que assumem este mandato terão competência e saberão, de forma bem verdadeira, procurar melhorar cada vez mais a situação dos trabalhadores que congregam o setor”, destacou.

Ministério do Trabalho - Presente ao ato, o superintendente do Ministério do Trabalho de Santa Catarina, Ivanildo Mota da Costa, destacou a necessidade de se buscar ações conjuntas entre as representações laborais e empresariais para superar a crise econômica que vive o país, como

reforço às ações que o governo também tem buscado promover nesse sentido.

Já a deputada federal Geovania de Sá, do PSDB, que também esteve presente no evento, reafirmou compromisso de defender bandeiras dos trabalhadores na discussão dos projetos no Congresso Nacional. Ela frisou que não poderia agir de maneira diferente, já que o pai é sindicalista e, desde criança, esteve próxima dos debates sobre o assunto. Geovania é filha do secretário-geral da FETICOM-SC, Itaci de Sá.

Ainda durante o ato de posse, a FETICOM-SC homenageou alguns sindicalistas com a entrega de comendas especiais e brindes. A solenidade contou, ainda, com a presença de diversos diretores da CONTRICOM que, no dia anterior, se reuniram na capital catarinense.

A mesa de autoridades e convidados especiais que coordenou o ato foi composta, além de Altamiro Perdoná, pelo presidente da CNTI e da Nova Central Sindical de Trabalhadores nacional (NCST), José Calixto Ramos; pelo presidente da CONTRICOM e vice-presidente da NCST, Francisco das Chagas Costa, Mazinho; de Idemar Antonio Martini, da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Santa Catarina (FETIESC); do presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Rio Grande do Sul (FETICOM-RS) e secretário de Finanças da CONTRICOM, Aroldo Pinto Garcia; de Izelda Terezinha Oro, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Chapecó e diretora da CONTRICOM e da FETICOM-SC; do superintendente do Ministério do Trabalho de Santa Catarina, Ivanildo Mota da Costa; e da deputada federal Geovânia de Sá.



A nova diretoria da FETICOM-SC com os presidentes Calixto e Mazinho

A eleição da atual diretoria da FETICOM-SC aconteceu em abril. O grupo eleito é formado por 24 dirigentes sindicais e o mandato se estenderá até agosto de 2021.

São membros da diretoria empossada:

Efetivos: Presidente: Altamiro Perdoná; vice-presidente: Luiz Carlos Schukosky; secretário-geral: Itaci de Sá; tesoureiro-geral: Carlos Alberto Baldissera; 2º tesoureiro: José Pacheco; secretária de formação sindical: Izelda Terezinha Oro; secretário de imprensa e comunicação: Paulo Dolzan; secretário de negociação coletiva no trabalho: Jair Machado; secretário de saúde e segurança no trabalho: Izaías Otaviano.

Suplentes: Adauri Aduce Pereira; Luiz Carlos Torres; José Sinval da Costa Pereira; Solange Fátima de Oliveira dos Santos; Mario Biz; Osório Zermiani; Maria Luiza Fernandes da Silva; Marino José da Luz; Milton Somensi; Pedro Nogueira Junior; Severino Gabriel; Claudio Souza de Ávila; Adelino da Rosa; Alberto Francisco Pereira; e Julio Cesar Quaresma Vidal .

Fonte: COMUNICAÇÃO CONTRICOM



Senadores concluem hoje votação do processo de *impeachment*

A presença da presidente Dilma Rousseff no Plenário do Senado marcou o processo de *impeachment* nesta segunda-feira (29). Ao prestar depoimento, Dilma relembrou sua biografia, defendeu seu mandato e negou que tenha cometido crime de responsabilidade. Ao longo do dia, numa sessão que durou mais de 14 horas, a presidente respondeu às perguntas dos senadores. Depois das perguntas de 48 parlamentares e dos advogados de acusação e de defesa, foi encerrada a fase de instrução.

Para esta terça-feira (30), estão previstos os debates, podendo a acusação e a defesa fazer uso da palavra por uma hora e meia cada. Nesse tempo, estão incluídos eventuais apartes consentidos pelos oradores. Se houver mais de um inscrito para defesa ou acusação, o tempo será dividido de forma que não ultrapasse o período previsto. Ainda poderá haver réplica e tréplica de uma hora para cada parte.

Depois do debate, serão chamados os senadores inscritos, um a um, para discursarem sobre o objeto da acusação, por até 10 minutos improrrogáveis. Já havia 56 inscrições na noite desta terça. Após os discursos, o presidente do processo de *impeachment*, ministro Ricardo Lewandowski, deve apresentar um relatório resumido dos fundamentos da acusação e da defesa.

Na sequência, ocorrerá a votação. Na fase de encaminhamento, serão admitidos, no máximo, dois oradores favoráveis e dois

contrários, os quais poderão fazer uso da palavra por até cinco minutos, sendo facultada eventual partilha do tempo com outro senador. A votação será aberta, nominal, e pelo registro eletrônico. A presidente Dilma será afastada de forma definitiva se a acusação receber pelo menos dois terços dos votos dos senadores, o que representa no mínimo 54 votos favoráveis ao *impeachment*.

Fonte: Agência SENADO

Após fala de Dilma, Planalto divulga nota e nega que vai tirar direitos sociais

O Palácio do Planalto publicou uma nota na noite desta segunda-feira (29) rebatendo declarações da presidenta afastada Dilma Rousseff e do senador Paulo Paim (PT-RS) de que o governo interino deverá retirar direitos sociais e trabalhistas e aumentar a idade mínima para a aposentadoria, entre outras decisões, caso a presidenta seja cassada. Na nota, o governo interino nega que direitos sociais serão retirados após o desfecho do processo de *impeachment*.

Durante o julgamento do processo, Paim disse que o afastamento de Dilma terá como consequência o “ataque” a direitos sociais e a “revogação” da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Já a presidenta afastada acusou o governo do presidente interino Michel Temer de adotar um “programa ultraconservador” em relação aos direitos dos trabalhadores.



“Não é verdade que se debata a estipulação de idade mínima de 70 ou 75 anos aos aposentados; não será extinto o auxílio-doença; não será regulamentado o trabalho escravo; não há privatização do pré-sal e não se cogita revogar a Consolidação das Leis do Trabalho [CLT]. Essas e outras inverdades foram atribuídas de forma irresponsável e leviana ao governo interino”, diz trecho da nota.

“Todas as propostas do governo Michel Temer são para assegurar a geração de emprego, garantir a viabilidade do sistema previdenciário e buscar o equilíbrio das contas públicas. E todas elas respeitarão os direitos e garantias constitucionais”, informou o Planalto em nota da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

Paulo Paim - A nota é uma resposta ao discurso do senador Paulo Paim, que disse que o afastamento de Dilma terá como consequência o “ataque” a direitos sociais, trabalhistas e a “revogação” da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

“O que eles querem, afinal? O que eles querem é claro: está aí a Ponte para o Futuro, do [governo] interino [do presidente Michel Temer], atacando direitos sociais, trabalhistas, querendo revogar a CLT [Consolidação das Leis do Trabalho] com o tal de negociado sobre o legislado, terceirização da atividade-fim”, discursou Paim no tempo destinado a fazer perguntas à presidenta.

Com o afastamento definitivo de Dilma, o governo Temer, segundo Paim, também irá “regulamentar o trabalho escravo, desvincular a receita da saúde e educação, privatizar tudo, até o pré-sal. Acabaram com o Ministério da Previdência. Querem que as pessoas se

aposentem só depois dos 70 ou 75 anos”, disse Paim.

Dilma - Mais cedo, a presidenta afastada acusou o governo do presidente interino Michel Temer de adotar um “programa ultraliberal” na economia e “um programa ultraconservador, que tira direitos pessoais e coletivos e adota uma pauta extremamente reacionária”.

“Quem paga o pato, ou seja, quem fornece os recursos para que o país saia da crise? Alguns acreditam que sejam apenas os trabalhadores, os mais pobres, a classe média, os profissionais liberais, os pequenos empresários. Isso não é possível”, disse Dilma.

Fonte: Agência Brasil

Diante da crise, oposição e situação devem se unir pelo Brasil, diz Dilma

A presidenta afastada Dilma Rousseff afirmou nesta segunda-feira (29) no Plenário do Senado que o país precisa tirar uma lição das crises política e econômica que levaram ao processo de *impeachment*. De acordo com Dilma, a guerra entre governo e oposição deflagrada a partir da reeleição dela impediu que projetos de ajuste fiscal fossem aprovados para o bem do Brasil.

— Acho que é uma experiência para o futuro deste país. Diante da crise, é de bom tom que a oposição e a situação se unam pelo bem do Brasil. Depois que o momento mais difícil passar, podem voltar a brigar o quanto quiserem — disse a presidenta no fim de seu depoimento, ao responder aos questionamentos feitos por Miguel

Reale Junior e Janaina Paschoal, advogados de acusação.

Dilma explicou que até o fim da corrida presidencial de 2014 não tinha como saber que as contas públicas se deteriorariam. De acordo com ela, isso aconteceu porque no final do ano o preço de commodities brasileiras, como o petróleo, o minério de ferro e produtos agrícolas, despencou repentinamente no mercado internacional, derrubando a arrecadação federal com os impostos incidentes sobre essas commodities.

Fonte: Agência Senado

Comissão discute MP que facilita privatizações no setor elétrico nesta terça

A comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 735/16 realiza audiência pública interativa nesta terça-feira (30) para discutir o tema com representantes de diversas associações do setor.

A MP altera cinco leis do setor elétrico brasileiro para diminuir os custos orçamentários da União com subsídios pagos para geração de energia elétrica e preparar o mercado para a redução da presença estatal.

A comissão é presidida pelo senador Hélio José (PMDB-DF) e tem como relator o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA). O vice-presidente é o deputado Pedro Uczai (PT-SC) e o relator revisor o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Debate interativo - A audiência é aberta à participação da sociedade. Qualquer pessoa pode fazer perguntas, comentários e sugestões pelo

portal e-Cidadania e pelo Alô Senado (0800-612211).

O debate será realizado no plenário 2 da ala Nilo Coelho, no Senado, a partir das 14 horas.

Fonte: Agência Câmara



Mercado espera por manutenção da Selic em 14,25% na reunião do Copom

Instituições financeiras consultadas pelo Banco Central (BC) esperam por manutenção da taxa básica de juros, a Selic, em 14,25% ao ano, na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) desta semana. Mas, a expectativa é que a taxa básica seja reduzida nas reuniões seguintes do comitê e encerre 2016 em 13,75% ao ano. As estimativas fazem parte do Boletim Focus, uma publicação semanal feita pelo BC com base em projeções de instituições financeiras sobre os principais indicadores econômicos. Ela é divulgada às segundas-feiras.



Em 2017, as instituições financeiras estimam por mais redução da Selic, com a taxa em 11,25% ao ano, no final do período. Na semana passada, a projeção para a Selic ao fim de 2017 era de 11% ao ano.

O principal instrumento usado pelo Banco Central para controlar a inflação é a taxa básica de juros, usada nas negociações de títulos públicos no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic). Quando o Copom aumenta a Selic, o objetivo é conter a demanda aquecida, e isso gera reflexos nos preços, porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Quando o Copom reduz os juros básicos, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, mas a medida alivia o controle sobre a inflação. Quando mantém a taxa, o Copom considera que ajustes anteriores foram suficientes para alcançar o objetivo de controlar a inflação.

Desde julho de 2015, os juros básicos estão em 14,25% ao ano, no maior nível desde outubro de 2006.

Meta de Inflação - O BC tem que encontrar equilíbrio ao tomar decisões sobre a taxa básica de juros, de modo a fazer com que a inflação fique dentro da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. Essa meta tem como centro 4,5% e limite superior em 6,5%, em 2016. Para 2017, o teto da meta é 6%.

De acordo com a expectativa das instituições financeiras, a inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), deve ultrapassar o teto da meta este ano, ficando em 7,34%. A projeção anterior era 7,31%. Para 2017, a estimativa também subiu, ao passar de 5,12% para 5,14%.

Economia - Enquanto as estimativas de inflação subiram, as projeções para a economia tiveram pequena melhora. A projeção de queda do Produto Interno Bruto (PIB), soma de todos os bens e serviços produzidos no país este ano, passou de 3,20% para 3,16%. Para 2017, a estimativa de crescimento subiu de 1,20% para 1,23%.

Fonte: Portal EBC

Últimos dias para sacar Abono Salarial de 2014

Prazo para retirar o benefício termina nesta quarta-feira, dia 31

O prazo para sacar o abono salarial do PIS/Pasep ano-base 2014 termina na próxima quarta-feira, dia 31. Depois dessa data, o valor retornará para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e não estará mais disponível para saque nas agências bancárias. Mais de um milhão de trabalhadores com direito ao benefício, que equivale a um salário mínimo (R\$ 880), ainda não realizou o saque e corre o risco de perder esse dinheiro.

Têm direito ao Abono Salarial ano-base 2014 quem trabalhou por pelo menos 30 dias com carteira assinada e teve salário médio de até dois salários mínimos naquele ano. Além disso, era preciso estar inscrito no PIS/Pasep há no mínimo cinco anos e ter tido o nome informado pelo empregador na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). O saque pode ser feito em qualquer agência da Caixa (para o caso do PIS) ou do Banco do Brasil (no caso do Pasep). Servidores públicos



que se aposentaram depois de 2014 e cargos comissionados em instituições públicas devem verificar se têm direito ao Abono Salarial.

O coordenador geral de Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Identificação Profissional do Ministério do Trabalho, Márcio Borges, recomenda que as pessoas não deixem para o último dia. Ele lembra que esse prazo, que se encerra na próxima quarta-feira, já foi ampliado e não será prorrogado novamente. “Sugiro aos trabalhadores que verifiquem em sua carteira de trabalho se eles têm direito ao abono e, se tiverem dúvidas, procurem os canais de comunicação sobre o abono salarial e se informarem Ministério do Trabalho e se informarem”, aconselha.

Como saber se você tem direito ao Abono Salarial

- No site do Ministério do Trabalho – foi publicada no site do Ministério uma lista com o nome de todos os trabalhadores com direito ao benefício que até a última quinta-feira (25) ainda não haviam feito o saque. Para realizar a consulta, é necessário acessar trabalho.gov.br, e clicar no banner “Abono Salarial”, localizado na parte superior da tela. Para avançar na pesquisa, basta localizar seu estado e seu município, e procurar pelo seu nome, que constará em uma lista em ordem alfabética.

- No site do abono salarial – o Ministério do Trabalho desenvolveu uma ferramenta online para os trabalhadores checarem se têm direito ao abono. Basta acessar o endereço <http://abonosalarial.mte.gov.br/> e digitar o número do PIS/Pasep ou CPF e a data de nascimento, que o sistema fornecerá a informação.

- **Alô Trabalho** – o telefone 158 é o canal gratuito de comunicação do Ministério do Trabalho com o trabalhador. Ele aceita ligações de telefone fixo de todo o país, e os atendentes estão preparados para dar informações sobre o Abono Salarial.

- **Caixa** – a Caixa fornece informações sobre o PIS pelo telefone 0800-726 02 07.

- **Banco do Brasil** – o Banco do Brasil informa sobre o Pasep pelo telefone 0800-729 00 01.

Fonte: MT

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)